

Transcrição da Teleconferência de Resultados de 2013

25 de março de 2014

Operador:

Bom dia, e obrigado por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência da CESP para a discussão dos resultados referentes ao ano de 2013.

Estão presentes a Presidência, a Diretoria e os assessores da CESP.

Informamos que este evento está sendo gravado e todos os participantes estão conectados apenas como ouvintes. Mais tarde iniciaremos a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores, e logo após, atenderemos às perguntas da imprensa, quando mais instruções serão fornecidas. Caso seja necessária a ajuda de um operador durante a teleconferência, basta teclar “asterisco zero”. Perguntas só poderão ser feitas através do telefone.

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet, via webcast, podendo ser acessado no endereço <http://ri.cesp.com.br>, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores.

Gostaríamos de informar que esta teleconferência está sendo simultaneamente traduzida para o inglês, a fim de atender aos investidores estrangeiros da Companhia.

Informamos que os participantes que estão ouvindo o evento em inglês também poderão fazer perguntas durante a sessão de perguntas e respostas. O replay deste evento estará disponível algumas horas após o encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da Diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaríamos de passar a palavra para a Diretoria Executiva da CESP. Senhores podem prosseguir.

Bom dia a todos. Eu sou Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Queremos agradecer sua participação na teleconferência da CESP sobre os resultados do ano de 2013.

Encontram-se à mesa o senhor Mauro Arce, Presidente da CESP, o senhor Mituo Hirota, Diretor de Geração e assessores.

Antes de iniciar a apresentação dos slides, quero fazer algumas considerações e esclarecimentos. O primeiro é que, a partir de 1º de janeiro de 2013 entrou em vigor a Revisão 1 do Pronunciamento Contábil CPC 33 – que trata de Benefícios a Empregados. De acordo com esta nova versão do CPC 33, os ganhos e perdas atuariais, apurados ao término de cada exercício, passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Anteriormente, a CESP registrava estes ganhos ou perdas na conta de Resultados.

A alteração de procedimento exigiu que lançamentos de anos anteriores fossem revistos e recalculados, propiciando um ganho que foi contabilizado a favor dos acionistas.

Outro aspecto relevante é a situação da Usina Três Irmãos.

No entendimento da CESP, com a alocação da energia da Usina Três Irmãos ao regime de cotas, a concessão daquela Usina, está extinta, na prática e de direito desde o dia 18 de abril de 2013.

Já havíamos, durante o ano, produzido a reclassificação da Usina do Ativo Imobilizado para o Ativo Não Circulante, como um bem em processo de reversão. Neste quarto trimestre de 2013, a Administração e os técnicos da Companhia discutiram com o Ministério de Minas e Energia e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a composição e a comparação dos valores, para fins de indenização, da UHE Três Irmãos. Para o Poder Concedente, o valor de indenização é de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão.

A Companhia entende que, nos termos da legislação e do seu Contrato de Concessão, têm direito a ser indenizada pelos ativos ainda não depreciados, registrados pelo montante aproximado de R\$ 3,5 bilhões e continuará a discutir os seus direitos judicialmente, caso necessário.

Assim e em atendimento ao Pronunciamento Contábil CPC 25, que trata de Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, foi constituída provisão de R\$ 1,8 bilhão, ajustando o valor de indenização para o valor incontroverso, até que ocorra o desfecho deste processo.

O ajuste deste recebível promoveu o aumento verificado na rubrica Outras (Despesas) e Receitas Líquidas lançado na Demonstração de Resultados (e se encontra detalhado em nossas Demonstrações Financeiras nas Notas Explicativas nº 26 e 32), sendo responsável pelo Prejuízo apontado na última linha de nossa Demonstração de Resultados. Outro ajuste referente à Usina Três Irmãos foi efetuado diretamente no Patrimônio Líquido, beneficiando Lucros Acumulados.

Para explicar este ajuste, temos um slide específico, que será apresentado adiante.

Importante registrar que, no futuro, se a Companhia obtiver êxito em seu pleito, o ganho que vier a ser reconhecido será revertido a favor da Companhia e de seus acionistas.

Considerando o desempenho da Companhia, sua situação financeira, a realização de reservas e os ajustes de avaliação patrimonial, a CESP está oferecendo a seus acionistas um resultado positivo bastante significativo como dividendos propostos à Assembleia Geral de Acionistas prevista para ocorrer em 25 de abril próximo.

Isto posto, podemos passar à apresentação dos slides, começando pelo slide número 2.

No slide nº 2 demonstramos que as Receitas de Energia tiveram aumento de 15,7% no ano de 2013, comparadas com 2012, alcançando R\$ 4,4 bilhões.

As vendas no ACR - Ambiente de Contratação Regulada – parte cinza do gráfico à esquerda - apresentaram uma redução de cerca de R\$ 494 milhões, 23,3% inferiores aos 12 meses de 2012, devido ao vencimento, em dezembro de 2012, de contratos com distribuidoras firmados por 8 anos no leilão de dezembro de 2004.

Parte desta energia descontratada no ACR foi recontratada no ACL - Ambiente de Contratação Livre, a preços melhores, permitindo que as receitas neste ambiente – parte vermelha do gráfico – registrassem um aumento de cerca de R\$ 509 milhões, 37,8% acima do ano anterior.

As receitas obtidas na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – parcela preta do gráfico - tiveram um aumento de 152,6%, cerca de R\$ 525 milhões a mais que em 2012, resultado da liquidação, a Preços de Liquidação de Diferenças - PLD, de parte da energia descontratada no mercado regulado.

Adicionalmente este gráfico traz a Receita de Serviço de Geração da Usina de Três Irmãos, no alto da coluna, em amarelo, que foi de R\$ 60,5 milhões em 2013.

As Deduções à Receita, de R\$ 516,5 milhões, englobam principalmente contribuições à Reserva Global de Reversões (RGR) e Impostos, e foram 10,9% maiores do que em 2012 por força do aumento das vendas de energia. Desse modo, a Receita Líquida alcançou R\$ 3,9 bilhões, incluindo o valor de Outras Receitas, sendo 16,4% superior à obtida no ano de 2012.

No próximo slide, slide 3, vemos a distribuição percentual da receita da CESP nos três segmentos de comercialização de energia.

O vencimento de contratos no mercado regulado, com migração de parte dessa energia para o mercado livre e parte para o mercado de curto prazo na CCEE, causou uma alteração significativa no perfil de distribuição da receita. Em 2013 a maior participação coube ao Ambiente de Contratação Livre, com 42,7% das vendas, seguido do Ambiente de Contratação Regulada, com 37,4% e um aumento expressivo na participação da Energia de Curto Prazo, liquidada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, com 19,9%.

O slide 4 mostra, à esquerda, a quantidade de energia vendida em GigaWatt Hora nos anos de 2012 e 2013, por segmento. A redução de 21,9% nas quantidades totais em 2013, reflete a alocação da Usina Três Irmãos ao regime de cotas, mas, principalmente a ação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, a partir de outubro de 2012 acionou as usinas térmicas de modo a preservar os reservatórios das usinas hidrelétricas. Ainda assim, a produção da CESP se situou cerca de 5% acima da garantia física atribuída a suas usinas.

Do lado direito pode ser visto que o preço médio do MWh vendido aumentou 46,2% no ano, atingindo R\$ 134,90 em 2013. Destacamos no slide as diferenças praticadas nos preços. Os preços médios dos contratos ficaram em R\$ 121,37, reflexo das atualizações contratuais dos preços e do vencimento de contratos antigos com preços mais baixos. Já a energia comercializada na CCEE alcançou o preço médio R\$ 244,06, reflexo da elevação do PLD. Na parte debaixo do quadro a direita, há informações dos preços na CCEE, divididos em Preços de Liquidação de Diferenças PLD (SPOT) e tarifas de otimização utilizadas no MRE – Mecanismo de Realocação de Energia. Os Preços de Liquidação de Diferenças são reflexos da situação dos reservatórios, conforme podemos observar no slide seguinte.

No slide 5 mostramos à esquerda, os níveis médios dos reservatórios do subsistema Sudeste/Centro Oeste e à direita os Preços Médios de PLD. Embora o nível dos reservatórios nos últimos três meses de 2013 (linha verde) tenham ficado acima destes mesmos meses de 2012, os primeiros meses de 2014, linha laranja, apontam queda em decorrência da escassez de chuvas que vem ocorrendo na estação chuvosa deste ano.

Já no gráfico à direita, a linha verde demonstra como foi volátil o comportamento do PLD em 2013 e o teto de R\$ 822,00 sendo atingido em fevereiro de 2014.

Na parte inferior do slide, podemos ver o PLD médio do ano, passando de R\$ 166,69 em 2012 para R\$ 263,07 em 2013.

No slide 6, pode-se observar que as Despesas Operacionais apresentaram uma diminuição de 9,2% em relação a 2012 e atingiram R\$ 1.694 milhões.

Do total destas despesas, 78,6% podem ser classificadas como Não Gerenciáveis e 21,4% como Gerenciáveis.

Destacamos as principais variações:

- Redução no custo do sistema de transmissão por tarifas menores
- Redução na compensação financeira pela utilização de recursos hídricos pela diminuição da produção hidráulica, base para cálculo deste encargo
- Inexistência de despesa com compra de energia na CCEE, que em 2012 havia onerado o último trimestre
- Redução da despesa de depreciação pelo término da exploração econômica da Usina Três Irmãos pelo regime de preço
- Redução nas rubricas de Material e Serviços de terceiros, por gestão interna.

- As despesas de Pessoal tiveram efetiva redução, mas registramos uma provisão adicional no 3T13 pela implantação do Programa de Incentivo à Aposentadoria, provisão esta que deve ser recuperada nos próximos meses.

O slide 7 demonstra que o EBITDA ajustado, ou seja, expurgando a provisão da Usina Três Irmãos no valor de R\$ 1,8 bilhão, atingiu R\$ 2.663 milhões, 27,7% superior a 2012.

A margem EBITDA ajustado ficou em 68,2% no ano de 2013. À direita do slide apresentamos a composição do EBITDA ajustado para melhor detalhamento.

No próximo slide, slide 8, vemos que o Resultado Financeiro no ano de 2013 foi negativo em R\$ 422 milhões, sendo 27% menor que os R\$ 576 milhões do ano de 2012.

As Receitas Financeiras, de R\$ 131,1 milhões, foram superiores em 182,8% aos R\$ 46,3 milhões de 2012. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras, de R\$ 258,9 milhões, registraram redução de R\$ 28,2%.

As Variações Monetárias Líquidas resultaram em R\$ 132,4 milhões negativos em 2013 e refletem indicadores relacionados à inflação. As Variações Cambiais Líquidas atingiram R\$ 161,8 milhões negativos durante o ano de 2013 refletindo a desvalorização do Real perante o Dólar americano.

Para melhor compreensão, do lado direito do slide pode ser visto o comportamento do dólar durante 2013.

Conforme pode ser visto no quadro do slide 9, o resultado do exercício foi impactado pela provisão referente a Usina Três Irmãos passando de um resultado positivo para um prejuízo de R\$ 195,3 milhões.

Esta provisão foi realizada considerando o valor contábil segundo o critério IFRS de R\$ 3,5 bilhões e a indenização anunciada pelo Ministério das Minas e Energia de R\$ 1,7 bilhão. Assim, a provisão constituída foi de R\$ 1,8 bilhão, contabilizada na rubrica Outras (Despesas) Receitas Líquidas.

Como efeito desta provisão, foram revertidos R\$ 429,8 milhões referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos. Assim, o efeito líquido da provisão de Três Irmãos na conta de resultado foi de R\$ 1.381 milhões.

Adicionalmente, relacionado a este lançamento, há ainda a Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial relativo a Três Irmãos, diretamente para lucros acumulados, revertendo a favor dos acionistas.

O slide 10 mostra que a Dívida Financeira em 31/12/2013 era de R\$ 3 bilhões, 19,9% inferior a 31/12/2012.

A dívida em moeda estrangeira era de US\$ 325,8 milhões, representando 25,4% do total da dívida da Companhia. Essa dívida em moeda estrangeira equivalia a R\$ 763 milhões.

As disponibilidades ao final de 2013 somavam R\$ 839,7 milhões, resultando numa Dívida Líquida, naquela data, de R\$ 2.161 milhões, 31,7% inferior a 31/12/2012.

No próximo slide, slide 11, pode-se verificar que partindo da posição de 2012 – R\$ 1.941 milhões, temos R\$ 254 milhões de atualização monetária e juros; constituição líquida de provisões de R\$ 165 milhões; e pagamentos de R\$ 44 milhões com as ações judiciais. Em 31/12/2013 o saldo era de R\$ 2.317 milhões, variação de 19,4% em relação ao final do ano de 2012.

Próximo slide, slide 12, apresentamos a Proposta de Destinação de Resultados.

Partindo do Prejuízo do exercício de R\$ 195,3 milhões, adicionamos a realização de parte da reserva de lucros a realizar (referente a variação cambial de 2009), mais a realização do ajuste de avaliação patrimonial (referente à depreciação adicional causada pela adoção do IFRS), mais a realização do ajuste patrimonial de Três Irmãos (já que ajustamos o valor recebível), mais a recontabilização de exercícios anteriores causada pelo pronunciamento contábil CPC 33 referente ao fundo de pensão, chegando a um saldo de destinação de Resultados de R\$ 1.155 milhões. Houve a Constituição de Reserva Estatutária de R\$ 111 milhões, resultando num saldo a distribuir de R\$ 1.044 milhões de reais.

Já foram distribuídos R\$ 196 milhões como Juros sobre o Capital Próprio e a proposta do Conselho de Administração à Assembleia de Acionistas prevê o pagamento de R\$ 401,5 milhões até 30.06.2014 e o saldo de R\$ 446,5 milhões até 30.11.2014

O slide seguinte, slide 13, resume os destaques desta apresentação, compreendendo os dados operacionais e financeiros do quarto trimestre e ano de 2013, comparados com o mesmo período de 2012:

Aumento da Receita Operacional Líquida de 18,1% no trimestre e 16,4% no ano; diminuição de 23,5% nas Despesas Operacionais no trimestre e 9,2% no acumulado do ano; aumento de 117,5% no Resultado do Serviço no trimestre e de 48,6% nos doze meses; redução do Resultado Financeiro negativo de 13,0% no trimestre e 26,8% no ano; aumento no EBITDA Ajustado de 56,3% no trimestre e de 27,7% no ano; Prejuízo de R\$ 195,3 milhões no ano e dividendos propostos de R\$ 1.044 milhões.

Desta forma, concluímos nossa apresentação. Agradecemos a participação de todos e abrimos a reunião para a seção de perguntas e respostas. Obrigado.

=====

Operador: Senhoras e senhores, iniciaremos agora a sessão de perguntas e respostas. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem “asterisco 1” (*1). Para retirar a sua pergunta da lista, digite a tecla “sustenido” (#). Ao final das perguntas feitas por analistas, teremos um período para perguntas da imprensa. O senhor Sérgio Tamashiro, do Safra, deseja fazer uma pergunta.

=====

Sérgio Tamashiro – Banco Safra: Obrigado, bom dia a todos. Eu tenho duas perguntas, primeiro com relação ao pagamento da indenização de Três Irmãos, ao recebimento. Ontem saiu, pelo menos no broadcast, uma afirmação do secretário de energia, falando que esse recebimento deverá ocorrer o final do mês. Vocês não soltaram nenhum fato. Qual é a veracidade dessa declaração? A segunda pergunta é com

relação a mudança de metodologia de preço spot? Se vocês tem alguma expectativa de mudança de preço, e se tem expectativa então de redução de corte desses preços, se vocês pensam em mudar essa contratação de energia ou se vocês vão continuar então só liquidando essa diferença no mercado spot?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Tamashiro, bom dia.

Sérgio Tamashiro – Banco Safra: Bom dia.

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Todas as conversas que o secretário de energia teve com o Ministério de Minas indicam que o Ministério vai divulgar uma Portaria normatizando como é que serão pagas as indenizações de quem não aderiu à Medida Provisória. Então para quem já aderiu havia alguma coisa definida, e para quem não aderiu não havia. A expectativa do secretário José Aníbal é que essa Portaria seja publicada proximamente. E agora nós temos que aguardar quando é que o pagamento será efetivado. A expectativa do Mauro Arce é que de fato saia a Portaria estabelecendo critérios, mas provavelmente não haverá o cronograma associado a isso dizendo quando é que vai ser pago efetivamente, eu acho que cada caso é cada caso.

Sérgio Tamashiro – Banco Safra: E também, que essa Portaria tem que ser divulgada, publicada, antes do leilão da Três Irmãos?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Não necessariamente. Eu acho que seria muito melhor que a gente tivesse isso claro antes do leilão, mas não necessariamente.

Sérgio Tamashiro – Banco Safra: Ok.

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: A sua segunda pergunta, sobre a formação do preço spot, da perspectiva de uma mudança na metodologia, um corte, nós não temos nenhuma notícia nesse sentido Sérgio, a nossa expectativa é que as medidas que estão sendo tomadas foram já divulgadas, sejam mantidas. A contabilização de janeiro ocorreu normalmente, e a liquidação foi feita com alto nível de adimplência. O que nós tivemos de inadimplência é muito pequeno, inferior a 2%, e agora vem a próxima contabilização, que é a contabilização de fevereiro, e será feita pelo preço de R\$ 822,00. A contabilização está prevista para ser divulgada dia 09 de abril, então até lá temos que aguardar.

Sérgio Tamashiro – Banco Safra: Então significa que sem ter essa mudança de metodologia vocês devem continuar liquidando no mercado spot, não vão estar mudando a estratégia, assinando algum tipo de contrato de alguns meses?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Sérgio, em relação ao PLD, quer dizer, mudança assim do tipo: vamos mudar a regra de calcular, eu não acredito. Mas pode haver uma mudança da situação hidrológica, aí é possível. A gente acompanha aqui, o PLD é uma definição que vem depois do custo marginal de operação. A gente vê que o custo marginal de operação é calculado de outra forma, ele tem uma tendência de ir baixando, pode ser que realmente saia do limite dos R\$ 822,00, mas eu não acredito que haja assim, isso é uma crença, isso é uma vontade

que seja assim, mas eu não acredito que vá haver mudança de critério e o cálculo seja alterado por mudança de critério.

Sérgio Tamashiro – Banco Safra: Sim. Obrigado.

Operador: O senhor Vinícius Canheu, do Banco Credit Suisse deseja fazer uma pergunta.

Vinícius Canheu – Banco Credit Suisse: Oi, bom dia. A minha pergunta é em relação, eu queria mais uma atualização em relação a energia livre que vocês têm para esse ano e para o ano que vem. Até se vocês puderem comentar também, o ano que vem, pelo que eu me lembre, vocês tinham bastante energia livre para o primeiro semestre, mas após o vencimento das concessões teria alguma falta, precisaria de uma posição forte ali. Se vocês puderem dar uma atualização para a gente em relação a isso aí ajudaria bastante. Obrigado.

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: A nossa situação, Vinícius, de contratação para o ano de 2014, trazendo números arredondados, nós temos cerca de 2.000 MW Médios, contratados com o mercado livre. Na média de 2014 nós temos mais uns 1.000 MW Médios contratados com o mercado regulado. Está sobrando para nós alguma coisa na faixa de 600 MW. Pode ser um pouco menos, pode ser um pouco mais, depende da flexibilidade e o exercício dessa flexibilidade pelos consumidores livres. Mas em média é isso, essa energia tem sido liquidada a CCEE, e fizemos uma sazonalização dessa energia durante o ano de 2014, concentramos um pouco mais nos primeiros meses do ano, um pouco menos nos meses seguintes, mas em nenhum momento essa sazonalização foi feita sob risco de nós ficarmos negativos, então foi bastante conservador. Para o ano de 2015 nós temos já firmados em contratos no mercado livre cerca de 1.300 MW. E a contratação no mercado regulado cai na metade, talvez um pouco mais que isso, vamos dizer, um pouco mais da metade disso, contratada no mercado regular, por causa do vencimento dos contratos que vão vencer agora em dezembro de 2014. Ok?

Vinícius Canheu – Banco Credit Suisse: Ok. Mas, só para ficar claro, porque para 2015 essa média do ano muda bastante não é, porque as concessões caem. O número que eu tinha na cabeça era mais ou menos 1.000 MW livres no primeiro semestre, e alguma coisa short no segundo, mas vocês estavam tentando realocar isso. Eu acho que a atualização disso seria bom.

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: É verdade. Então no ano de 2015 nós temos dois períodos bastante distintos. O primeiro semestre nós temos bastante energia porque nós temos a energia de Ilha Solteira e Jupia, e no segundo semestre nós temos muito menos energia porque as concessões vencem em julho de 2015. Mas os números, então assim, do primeiro semestre, bastante energia descontratada, e no segundo semestre estamos bastante justos. Se tiver alguma coisa que esteja short a gente está fazendo os ajustes ainda esse ano.

Vinícius Canheu – Banco Credit Suisse: Então a expectativa é não ter nenhum short no segundo semestre do ano que vem?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: É, este é o nosso planejamento.

Vinícius Canheu – Banco Credit Suisse: Está bom. Obrigado.

Operador: Atenção senhores analistas, para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). O senhor Vinícius Canheu, do Credit Suisse deseja fazer uma pergunta.

Vinícius Canheu – Banco Credit Suisse: Aproveitando aqui a oportunidade, uma pergunta em outro assunto. Quando eu olho aqui a provisão de Três Irmãos, vocês ativaram um crédito fiscal aqui relevante. Eu queria entender se isso já é o ativo inteiro, quer dizer, já está tudo diferido, ou se tem mais alguma coisa para ser acrescentada, e qual a expectativa de utilização desse crédito fiscal? Até porque já tinha bastante crédito fiscal antes, acumulado. Como é que fica essa movimentação do crédito?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: A sua pergunta precisa ser respondida pelo Mauro Marques, que é o contador da companhia.

Mauro Marques, Contador: A provisão de Três Irmãos na parcela de R\$ 429 milhões relacionados a impostos diferidos, essa parcela é aquela que foi contra a redução do passivo. Então digamos que naquele momento da adoção inicial IFRS, que aumentou o valor imobilizado contra o PL e contra o passivo de impostos diferidos. Então quanto da provisão de Três Irmãos essa redução refere-se a redução de passivo. Aí existe uma parcela, a parcela relativa a diferença da parcela de Três Irmãos, a parcela regulatória da provisão que a gente destacou, e ela promove uma parcela de créditos fiscais, compondo a parcela de créditos fiscais não registrados na nossa explicativa em impostos diferidos ativo.

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Ok.

Vinícius Canheu – Banco Credit Suisse: Aí só entender, essa parte que está na não registrada, quando vocês começam a poder utilizar esse ativo fiscal?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Os crédito eles não prescrevem não é? A CVM só permite que a gente traga para dentro do balanço aquela que a gente tem previsão de utilização nos próximos 10 anos. Então tem, como o Mauro Marques mencionou, há uma nova expectativa que demonstra a perspectiva da administração da utilização desses créditos fiscais pelos próximos 10 anos. Então, está sobrando cerca de 2 bilhões de reais em créditos fiscais, que não estão previstos para serem aproveitados nos próximos 10 anos, nas nossas projeções. Mas como elas não prescrevem ela será utilizadas à maneira, à medida, que a gente, tendo lucros futuros tributáveis.

Vinícius Canheu – Banco Credit Suisse: Está bom, está claro.

Operador: E atenção senhores analistas, para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). O Senhor Sérgio Tamashiro, do Safra, deseja fazer uma pergunta.

Sérgio Tamashiro – Banco Safra: Almir, só voltando um pouco na contratação de 2015, em uma conta bem rápida, vocês tem 3.600 de energia assegurada no primeiro semestre, e no segundo semestre praticamente com Porto Primavera ele cai para

1.100, Porto Primavera mais as PCHs. Então estou fazendo uma média, dá 2.350. Aí você falou que livre tem 1.300 e regulado tem 450. Então dá médio/ano 1.750. Então mais ou menos vocês estão descontratados em 600 MW?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Não Tamashiro, com certeza a sua conta não está correta. Você tem que fazer essa conta com muito mais detalhe mês a mês, e eu infelizmente não tenho essa composição dividindo semestre por semestre. Mas o que vai acontecer, de fato, é que a partir da perda da concessão de Ilha Solteira e Jupia, somada com a efetiva já de Três Irmãos, nós teremos 1.051 MW a partir de meados de 2015. Esse 1.051 MW de energia assegurada esse é o número que você pode contratar. Mas a disposição não é dessa ordem que você calculou assim rapidamente.

Sérgio Tamashiro – Banco Safra: Ou podia ser ao invés de 600 de média, quer dizer, 0 no segundo semestre mais 1.200 no primeiro semestre?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Eu precisaria fazer a conta Sérgio.

Sérgio Tamashiro – Banco Safra: Está bom.

Mauro Arce, Presidente: Senhor Sérgio, seja o número que for, mas o número é pequeno, em relação, o Almir já colocou, ao segundo semestre a gente pretende, nós estamos trabalhando em uma negociação aí de energia, o pessoal costuma falar em Swap, mas é fazer uma troca: olha, eu tenho aí, você precisa de energia no primeiro semestre, estamos tentando fazer isso. E evidentemente a gente só pode fazer isso através de leilões, eu não posso fazer negociação bilateral, por vários motivos. Inclusive por ser uma empresa estatal eu tenho que convocar um leilão. Então estamos vendo exatamente essa parte aí para ver. E evidentemente, outra coisa que a gente tem que olhar é como vai ser, do ponto de vista hidrológico, 2015. Eu vi uma entrevista aí de uma meteorologista dizendo que ia continuar sendo ruim, entendeu, porque não sei o que não está chegando, o El Niño está fraquinho. Então isso é outra coisa. Eu tenho energia, imagina, eu tenho energia no primeiro semestre, e que o PLD do primeiro semestre de 2015 seja muito alto, e o PLD do segundo seja muito baixo. Então essa é a grande dificuldade, tanto para nós quanto para quem queira comprar ou vender energia para fazer esse tal de Swap.

Sérgio Tamashiro – Banco Safra: Está certo. Obrigado.

Operador: Senhoras e senhores, abriremos agora a sessão de perguntas e respostas para a imprensa. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem “asterisco 1” (*1). Para retirar a sua pergunta da lista, digite a tecla “sustenido” (#). O senhor **Wellington Bahnemann**, da Agência Estado deseja fazer uma pergunta.

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Bom dia a todos. Eu tenho algumas perguntinhas. A primeira é com relação a Três Irmãos. Vocês citam no balanço que ao longo do quarto trimestre de 2013 houve uma série de reuniões, enfim, discussões com o Ministério de Energia e com a EPE. Eu queria entender um pouco qual foi a conclusão dessas conversas, se vocês conseguiram detectar aonde se encontra a diferença aí nos valores entre o que o governo está propondo e aquilo que vocês estão

registrando no balanço. E sobre essa Portaria que o doutor Almir comentou no começo da parte de perguntas, eu queria entender um pouquinho melhor o que ela vai tratar, especificamente. Se ela vai abrir, por exemplo, a possibilidade de que o pagamento da indenização seja parcelado ou será a vista, se vai ter alguma taxa de correção monetária, entender um pouco o que essa Portaria vai disciplinar. E aí uma terceira pergunta, seria uma pergunta mais geral, de como que a companhia vê essa questão do rebaixamento do Brasil, na nota de crédito do Brasil, de uma maneira isso tem impacto no setor elétrico, enfim, uma avaliação mais conjuntural sobre essa questão. Obrigado.

Mauro Arce, Presidente: Warington, é Mauro Arce, bom dia, tudo bem?

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Bom dia, tudo bom.

Mauro Arce, Presidente: A questão de Três Irmãos, depois de muito tempo a gente tentou abrir os números, por que da diferença, a gente usar a mesma metodologia e chegar a números tão diferentes? Então tivemos dificuldade inicialmente, mas é importante salientar que houve uma abertura para a gente conversar e descobrir as diferenças. E a diferença não é na metodologia, mas é naquilo que se considera. Tem dois itens que são muito claros, que estavam no nosso contrato de concessão, até porque nós construímos e operamos o tempo todo a eclusa e o Canal de Pereira Barreto. E esse valor deve chegar em torno de R\$ 800 milhões, R\$ 900 milhões, dá diferença, ok?

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Ok.

Mauro Arce, Presidente: A diferença grande é na parte que chamam lá, o meio ambiente, a parte social, desapropriações, e algo tipo assim: mas faz usina com 800 MW, tem um reservatório tão grande. Parece que a gente tem reservatório, na realidade, todo esse terreno que foi comprado, primeiro, ele não tem depreciação, nem tem correção de valor de mercado. Até porque a última informação que eu tive do pessoal da região lá, se deixasse a gente vender os terrenos pelo preço que eles estão comercializando lá daria uns R\$ 10 bilhões, mas isso evidentemente não é possível. Então o que eu achei da grande diferença entre uma usina que vai ser construída, que a metodologia é igual, é para uma usina que já existe. Então existe, não na Amazônia, mas aqui em São Paulo, numa região. Então o que nós apresentamos lá, nós temos, por exemplo, em relação aos terrenos e a parte ambiental que envolveu os terrenos, a gente tem o valor de registro no Cartório de Imóveis, são valores reais. Então essa foi a grande diferença, esse R\$ 1 bilhão e alguma coisa veio disso. E evidentemente eles fecharam a questão, até porque uma das explicações que deram é que foi esse mesmo critério que foi usado lá nas usinas, inclusive, de quem aceitou. Seja lá do Grupo Eletrobrás ou de outros que aceitaram. Então essa foi a grande diferença. E evidentemente foi solicitado o pagamento do não controverso. E aí a coisa caminhou, foi para o Ministério da Fazenda, houve uma conversa entre o nosso secretário da Receita, o secretário do Tesouro. E agora, a última informação que eu recebi do secretário José Aníbal, é que o Ministério de Minas e Energia está encaminhando uma Portaria liberando, colocando que os pagamentos... porque até então nenhuma indenização, pelo que a gente foi informado, nenhuma indenização daqueles que não aderiram foi recebida. Então o teor dessa Portaria eu

não conheço, mas olhando assim, evidentemente que deve ter os valores lá. Agora, como é que vai ser o cronograma do pagamento, como é que vai ser feito eu não sei dizer, nós estamos aguardando ansiosamente essa Portaria.

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Perfeito.

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: E S&P abaixou a nota do Brasil.

Mauro Arce, Presidente: Olha, essa coisa, eu já vi hoje alguém conversando sobre esse tipo... a importância dessas agências, então eu não sei, eu não quero entrar no mérito, porque é um problema muito técnico, que envolve o governo federal, em particular a Eletrobrás e a Petrobrás. E eu prefiro ficar fora dessa...

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Warington, é o Almir. Sobre impactos que isso tenha, no passado a dependência da CESP no mercado de capital internacional foi muito grande. Era muito mais prático captar dinheiro em Dólar ou em Eurodólar, era muito mais prático, e isso nós fizemos no passado, não havia necessidade de garantias e tal. Mas a nossa situação hoje é muito diferente, nós não fazemos emissão de dívidas desde 2007, a não ser uma pequena nota promissória, que fizemos aí R\$ 150 milhões, já liquidado. A nossa dívida em moeda estrangeira hoje é de U\$ 325 milhões e essa dívida é com o governo federal. Nós não temos nenhuma dependência, então se mudou a classificação do Brasil que possa onerar a captação pelas empresas, não será afetada, a CESP não será afetada por isso.

Mauro Arce, Presidente: Eu só queria, eu ouvi, hoje, na realidade, até lembrando aqui que recentemente nós tivemos um upgrade pela Moody's, passamos para a Investment Grade. Então o que significa isso, para um país eu não sei, mas para uma empresa significa que se tiver que ir ao mercado contratar um empréstimo, o juro dele vai ser mais alto. Isso parece que é ponto pacífico. A partir do instante que você tem uma situação... a CESP, eu lembro que antes de 2006 era Selective Default, estava à beira de dar um... então aí a pessoa pensa duas vezes antes de emprestar dinheiro para quem está nessa situação, e evidentemente as pessoas acreditam nessas agências, porque elas são, elas fazem parte de todo o modelo econômico/financeiro, não do Brasil, mas do mundo inteiro. Agora, do ponto de vista do país, eu não sei, o Brasil não está pegando empréstimo, etc. Evidente que sai no jornal, se fosse para subir todo mundo iria: olha, o Brasil melhorou e tal. Mas no caso específico da Petrobrás e da Eletrobrás, eles, evidentemente se forem no mercado somente externo... eu não sei qual a situação deles. Com a redução do grade você tem essa consequência.

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Perfeito. Obrigado.

Operador: A senhora Ana Flávia Roja, da Reuters, deseja fazer uma pergunta.

Ana Flávia Roja – Reuters: Olá, boa tarde a todos. Eu queria fazer duas perguntas também. Eu queria saber agora com a proximidade do leilão de Três Irmãos na sexta-feira, como é que fica a questão da operação do Canal Pereira Barreto e das eclusas. Você tem alguma ação na Justiça no sentido de adiar esse leilão para que isso seja definido, qual é expectativa de vocês em relação a isso. E também se vocês puderem

dar alguma avaliação de vocês como geradores, como vendedores de energia a respeito das diretrizes que já saíram sobre o leilão a zero, que vai cobrir a desconstrução das distribuidoras. Se dá para ter uma noção se a gente vai poder ter ofertas, se há geradores com condições e interessados em ofertar energia para esse leilão, inclusive vocês. Obrigada.

Mauro Arce, Presidente: Olha só, com relação a realização do leilão propriamente dito, porque evidentemente que se tivesse tudo, se a nossa indenização tivesse sido calculada corretamente, isso não tinha muito o que discutir. A operação do canal da eclusa precisa ser definido, já que não está colocado para o novo, eu não falo de concessão, se um novo operador da usina começar a operar, como isso vai ser feito. Existe no edital do leilão um prazo para ver alguma operação até assistida, como eles chamaram, mas nós, primeiro, nós questionamos o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas analisou o caso, fez um questionário, que nós respondemos, nós esperávamos que a decisão do Tribunal de Contas ocorresse antes do leilão, até na quarta-feira passada, da semana passada. Esse assunto não foi levado a pauta. A nova reunião do plenário, do Tribunal de Contas parece que vai ocorrer agora na quarta-feira, e parece que o leilão é amanhã não é?

Ana Flávia Roja – Reuters: Amanhã.

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: E não está esse assunto.

Mauro Arce, Presidente: E por conta disso nós entramos com a ação na Justiça no sentido de que o leilão não fosse feito, mandado de segurança, que está sendo julgado com um juiz federal, de Brasília. Então estamos aguardando esse resultado, essa manifestação.

Ana Flávia Roja – Reuters: Então tem um mandado de segurança que, enfim, vocês entraram com um pedido e está sendo julgado, e pode sair alguma coisa ainda essa semana, para não ter o leilão, é isso?

Mauro Arce, Presidente: Eu espero que sim. Mas isso, o fruto, se tivesse sido resolvido pelo Tribunal de Contas da União, falar: olha, tem que adiar o leilão porque tem... Mas como não aconteceu isso, nós até para não perder prazos, nós na sexta-feira passada nós entramos com esse Mandado de Segurança.

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Ana, é o Almir. Sobre o leilão, próximo leilão de energia, nós não temos todos os detalhamentos. A gente conhece a Portaria que foi publicada, fala em contratos longos, que a CESP não tem condição de entrar porque nós só temos energia até julho de 2015. A não ser que no detalhamento eles quebrem os prazos por prazos menores. E aí a CESP poderia participar. O que a gente percebe é que contrato longo a preço elevado pode, de fato, atrair interessados, e agora há uma possibilidade forte de térmicas participarem. Foi fixado lá um preço de até R\$ 300 para os custos fixos, e a parte variável é coberta pela média do despacho térmico. Então é bem provável que haja sucesso no leilão. Mas do jeito que está fixado até o momento a CESP não poderia participar.

Ana Flávia Roja – Reuters: Obrigada.

Operador: A senhora Cláudia Fachini, do Valor Econômico, deseja fazer uma pergunta.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: A minha pergunta é a seguinte, é sobre esse mandado de segurança, se vai sair uma liminar até sexta-feira, se vocês esperam uma liminar, que vai suspender o leilão, se isso pode sair antes. Eu acho que é essa a ideia não é? E a minha outra pergunta é o que vocês vão fazer com o pagamento dessa indenização, se vocês já têm uma destinação, quer dizer, se vocês vão distribuir isso em dividendos assim que receberem e tal. E a outra é sobre o EMAE. Se não me engano o EMAE era uma das empresas que estava olhando, avaliando a usina de Três Irmãos, gastou lá para olhar. Eu queria saber se vocês vão assessorar a EMAE nessa oferta, se houver o leilão. É isso.

Mauro Arce, Presidente: Cláudia, Mauro Arce. Bom dia.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Oi Mauro, tudo bom?

Mauro Arce, Presidente: Tudo bom. A gente entrou com Mandado de Segurança, como eu expliquei na pergunta anterior, sexta-feira passada porque não havia ainda uma definição do Tribunal de Contas da União, e então para nos precaver... e nós não somos contra o leilão, mas o momento de fazer o leilão, sem nos pagar e sem definir, principalmente, a quem cabe operar o Canal, a eclusa, quer dizer, há uma, no nosso modo de ver, uma indefinição em relação a isso. Então por isso, o leilão poderia fazer, faz parte, é legal fazer o leilão, mas não da forma como está sendo proposto. E então essa é a nossa posição. Com relação a participação da EMAE, é uma empresa também sob o controle do governo estadual, eu não sei se eles vão participar efetivamente. Eles fizeram visitas lá na usina, como outros fizeram, tinha uma relação razoável. Sete empresas visitaram, e eu não sei qual a decisão de cada uma. Só vamos saber isso no dia, se houver, o leilão, na sexta-feira que vem.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Nessa sexta agora. Vocês não ajudaram a EMAE nessa proposta?

Mauro Arce, Presidente: Nem discutimos.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Como vocês conhecem bem a Usina, e é o mesmo controlador...

Mauro Arce, Presidente: Não, a gente tinha que manter uma posição neutra. Nós estamos operando a usina, operamos ela durante esse tempo todo, e nos cabia, inclusive, como partícipe, da elaboração do edital, o banco de dados, as informações, abrimos para todos e atendemos cada um da mesma forma. Então não podia haver uma diferenciação. Até porque a gente poderia dizer: eu vou participar.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Entendi.

Mauro Arce, Presidente: Mas aí é uma decisão da empresa, da EMAE, e eu não sei, eles fizeram a visita e eu também não perguntei o que eles acharam da usina. Mas não sei qual vai ser a posição deles.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Entendi, está legal. Então a liminar, vocês esperam que saia antes do leilão não é?

Mauro Arce, Presidente: Sim. Temos uma liminar para impedir, um Mandado de Segurança com o pedido de liminar.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Com um pedido de liminar?

Mauro Arce, Presidente: É. Agora, evidente, o assunto está para ser analisado, foi definido um magistrado, no caso é uma magistrada, que está analisando.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Está legal. Então quer dizer, pode sair um pouco antes do leilão assim? Pode sair, até sexta-feira?

Mauro Arce, Presidente: É, tem que sair um pouco antes de começar o processo. Entendeu? Participando de leilões anteriores, é assim, até a última instância você ficava esperando se o Mandado de Segurança tenha sido acatado ou não. E você tem que evidentemente informar a quem está fazendo o leilão: tem uma liminar e tal. Não somos nós que temos que avisá-los, é um juiz diretamente, a liminar se dirige diretamente a quem está fazendo o leilão.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Está bom. Você pode me dizer quem está fazendo, o escritório que vocês contrataram?

Mauro Arce, Presidente: Não, é interno aqui na empresa, são os nossos advogados.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: São advogados internos. Está bom então.

Mauro Arce, Presidente: Da CESP mesmo.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: E a destinação da parte não controversa da indenização, vocês já decidiram o que vocês vão fazer, qual vai ser o destino dessa...?

Mauro Arce, Presidente: Nós já... nós já pagamos os dividendos, de acordo com esse...

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Vai entrar para os dividendos?

Mauro Arce, Presidente: É, agora é. Não, já entrou.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Ah, já entrou? É isso? Está bom.

Mauro Arce, Presidente: O que pode entrar depois é a parte não controverso, que a gente vai ganhar, eu espero.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Entendi.

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Deixa eu explicar um pouco o efeito caixa disso aí. O que o Mauro está dizendo é o seguinte, nós fizemos uma provisão de R\$ 1,8 bi, ao fazer essa provisão a gente afeta resultado, acaba afetando a distribuição de dividendos. Mas se num futuro a empresa vier a ganhar essa disputa ou vier a reconhecer que a CESP tem direito a mais algum valor, aí sim, esse mais algum valor que vier a ser reconhecido será registrado como uma receita, propiciará lucros e será distribuído, ou terá a destinação que a Assembleia de acionistas decidir. Sobre o primeiro montante, que é o montante de R\$ 1,7 bi, que é o valor que o governo federal calculou, reconhece que, pelo menos isso, os nossos ativos precisariam ser indenizados, nós ainda não recebemos esse valor. Esse valor, se ele

entregar na companhia proximamente ele não afeta mais resultado, porque nós já fizemos o lançamento que tinha que ser feito. Então ele só vai compor o caixa da companhia. Ele é um caixa da companhia e depois a companhia pode decidir através do seu planejamento o que vai fazer com esse caixa elevado. Está bom?

Mauro Arce, Presidente: Aí você fala para a gente: o que vocês vão fazer? Não sabemos.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Não está decidido?

Mauro Arce, Presidente: É uma decisão que realmente tem envolvimento aí com o acionista controlador, etc., então temos que aguardar.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Está bom. Está legal então. Obrigada. Obrigada pelas respostas.

Mauro Arce, Presidente: Só lembrar, não é recebermos, mas reconhecer que nos devem. Quanto à gente vai receber, a gente também não tem ainda definido a data em que esse R\$ 1,7 bilhão seria pago pelo governo federal, pelo poder concedente à CESP.

Cláudia Fachini – Valor Econômico: E só para deixar claro a resposta que vocês deram para a Flávia sobre o menos zero, vocês não podem participar do menos zero, é isso?

Mauro Arce, Presidente: É, em princípio. Agora, como ele fala em até 5 anos, um mês pode ser até cinco anos. Ou seja, o que a gente está querendo é não antecipar, saber detalhamento do edital propriamente dito, porque esse detalhe sai lá. Agora, evidentemente, ele faz um contrato de 5 anos e depois fala assim: um de um ano vale com o mesmo preço. Aí teria que mudar o preço também. A análise é diferente. O último leilão que eles fizeram, eles fizeram três possibilidades, em duas nós entramos. Primeiro é aquele do ano de 2014 e o outro de 18 meses. E eles estão entrando no dois, três. E o outro eram três anos. E aí a decisão: olha, nos três anos, o primeiro não tem energia, o segundo... Ou eu posso vir a ter, porque eu posso comprar energia também, mas a gente, evidentemente, a gente sempre foi vendedor de energia, não comprador. Eu queria comprar barato para vender melhor, é outra possibilidade sempre, porque uma geradora pode ser compradora também. Ok?

Cláudia Fachini – Valor Econômico: Está legal, então, obrigada.

Mauro Arce, Presidente: Vamos esperar a resposta objetivamente, vamos esperar o edital para verificar se tem alguma condição em que a gente poderia se enquadrar.

Operador: E atenção, imprensa, para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). O senhor Wellington Bahnemann, da Agência Estado, deseja fazer uma pergunta.

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Eu tenho só mais duas perguntas. Uma pergunta seria em relação a Ilha Solteira e Jupia, que vocês também contestam os valores que o governo está propondo em termos de indenização. Jupia não tem nem valor a ser recebido. Já começaram também a discutir a questão dessas usinas, enfim, já tem um trabalho para entender os números de governo, os números de vocês, enfim? E essa questão da Portaria, de alguma maneira, pode disciplinar essa questão? E em relação ao endividamento eu vi que vocês reduziram o endividamento no ano, mas na comparação do terceiro trimestre com o quarto trimestre houve um

crescimento da dívida líquida. Queria entender se, enfim, se isso é uma tendência para 2014, ou enfim, se foi algo específico do final do ano passado envolvendo alguma questão de desvalorização cambial. Obrigado.

Mauro Arce, Presidente: Wellington, primeiro, com relação à Ilha Solteira. Evidentemente a gente discorda do número que eles apresentaram lá e vamos primeiro solicitar uma abertura como houve em Três Irmãos para começar. Mas cada dia com a sua agonia, mas a gente está se preparando justamente para isso. Essa Portaria resolveria o problema se ele mudasse: eu vou pagar o que vocês acham que deviam receber para Ilha Solteira e Jupuí. Mas eu não acredito que isso vá ocorrer, provavelmente nós vamos ter que fazer o mesmo trabalho que foi feito para Três Irmãos, e ver onde está a diferença entre aquilo que nós calculamos pela mesma metodologia, e chegar a valores tão diferentes. Lembrar que lá no caso específico de Jupuí tem também uma eclusa, então vamos ver como é que eles compuseram isso. Essa eclusa aí se tornou operacional, botamos os equipamentos lá recentemente, há 10 anos atrás, é mais nova. Então vamos especificar, queremos descobrir o porquê da diferença entre aquilo que a gente colocou como ativo, nos nossos balanços, e com a mesma metodologia chegar a valor tão diferentes. Provavelmente tem diferenças grandes de terrenos, é uma forma, porque não há depreciação de terreno e nem valorização comercial. E eu acho que é importante ter o mesmo procedimento para verificar porque Jupuí não tem nada para receber e Ilha Solteira tinha R\$ 20 milhões para receber.

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Perfeito.

Mauro Arce, Presidente: Com relação ao outro, o Almir vai...

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Wellington, é o Almir. Com relação à dívida, deixa eu explicar em números. A nossa dívida no terceiro tri era R\$ 2,955 bi. A nossa dívida no final do ano é R\$ 3 bi, um crescimento mínimo, um crescimento de 1,5%.

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Dívida bruta, não é?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: É, dívida bruta, porque nós não assumimos nenhum endividamento novo, não emitimos nenhuma dívida, nada disso. Quando você vai na conta para a dívida líquida, a diferença é que no terceiro tri nós tínhamos em caixa, em disponibilidade, nós tínhamos R\$ 1,114 bi. E agora no final do ano, no quarto tri, nós temos R\$ 840 mi. É quase R\$ 300 milhões a menos. Nós pagamos os dividendos nesse final de ano. Então, a dívida líquida sobe, quando você faz essas contas, sobe de R\$ 1,841 bi para R\$ 2,160 bi, mas a dívida não sobe. E aí tem a mesma consequência, se você olhar a geração de caixa por EBITDA.

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Sem alavancagem, não é?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Só com a dívida, nossa dívida no terceiro tri por um EBITDA de mais de R\$ 2 bilhões, ele representa uma dívida de 1,5%. Se você dividir a dívida líquida pelo EBITDA com o efeito de Três Irmãos, que joga o nosso EBITDA para R\$ 850 milhões, essa relação sobre para 2,5. Mas você tem que levar em conta que esse ajuste que foi feito é uma provisão, ele não

tem efeito caixa. Então a nossa dívida líquida hoje dividido por um EBITDA razoável, que é um EBITDA que nós conseguimos arrecadar, gerar de dinheiro no ano, é uma dívida que está abaixo de 1, é 0,8 hoje. Pegando dívida bruta, se você pegar dívida bruta no final do ano passado, a dívida bruta no final do ano passado era de R\$ 3,745 bi e hoje ela é de R\$ 3 bi. Nós reduzimos a dívida acentuadamente.

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Agora, esse trabalho de redução de dívida ele vai continuar ao longo desse ano doutor Almir? Como é que, qual é o planejamento de vocês para esse ano?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: É que nós não temos muitas oportunidades, e então nós temos um bônus, que é o bônus da série 8. O bônus da série 8 é uma dívida emitida lá fora, no mercado internacional, mas ele foi emitido em reais. Essa dívida vende em janeiro do ano que vem, não tem muito o que possa ser feito em função a ela, que, nós já compramos parte dessa dívida no mercado secundário. Nós temos uma dívida em moeda estrangeira que é com o BNDES. Esse BNDES vai até 2019. Não é uma dívida cara, nós pagamos a cada dois meses, então não tem muito o que fazer. Mas, vamos usar sempre que possível os excedentes de caixa na redução da dívida.

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Perfeito. Sempre liquidando e não fazendo rolagens não é?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Não, não tem nenhuma previsão de emissão de dívida nova esse ano.

Wellington Bahnemann – Agência Estado: Perfeito. Está ok. Obrigado.

Orador: O senhor Carlos Herrera, do UBS, deseja fazer uma pergunta.

Carlos Herrera - UBS: Oi, boa tarde. Eu queria verificar se eu entendi bem isso do eventual pagamento da indenização por Três Irmãos. Você falou que vocês esperam logo, sem uma data razoável, podia ser depois do leilão, seja publicada uma Portaria do Ministério de Minas e Energia sobre as indenizações do setor em geral, mesmo das companhias que não renovaram concessões em 2011. Então é isso aí, nessa Portaria deveriam sair mais detalhes de como deve ser feito o pagamento, se vai ser ajustado, porque os prazos e tudo isso. Certo?

Mauro Arce, Presidente: Carlos, todas essas negociações e conversas que o governo de São Paulo fez com o governo federal, nós cobramos insistentemente o recebimento da indenização. É claro para nós que a concessão de Três Irmãos está extinta, portanto, temos direito a sermos indenizados. As conversas mais recentes ocorridas há cerca de 15, 20 dias atrás com o Tesouro, o Tesouro declarou que ele ainda aguardava do Ministério de Minas e Energia algumas orientações para proceder o pagamento daqueles que não aderiram a Medida Provisória. E o que a gente sabe de todas essas conversas é que o Ministério de Minas e Energia vai de fato divulgar uma Portaria estabelecendo alguns critérios que a gente não conhece. Então nós não temos nenhum conhecimento do que vai ser definido, e também não temos nenhuma informação de quando esse valor será recebido. Nós temos dois valores, não temos um valor, R\$ 1,7 bilhão, que é um valor, vamos dizer, já

reconhecido, e temos um valor que a gente acha que tem direito pelos critérios contábeis e pelo contrato de concessão, e aguardamos alguma manifestação do Ministério. Nós vamos brigar pela diferença. Com certeza nós não chegamos a um acordo, não houve o reconhecimento por parte do Ministério de Minas quando ao número que nós pleiteamos. Então, muito provavelmente nós vamos brigar judicialmente.

Carlos Herrera - UBS: Então a Portaria seria sobre o pagamento da indenização para quem não renovou concessões nessa época?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: É, essa é a informação que nós temos.

Carlos Herrera - UBS: Beleza. Obrigado.

Operador: A senhora Carolina Medeiros, do Canal Energia gostaria de fazer uma pergunta.

Carolina Medeiros – Canal Energia: Oi, boa tarde. Na verdade eu só queria tirar uma dúvida referente a esse Mandado de Segurança contra o leilão de Três Irmãos. Vocês impetraram com essa ação onde, foi na Justiça de Brasília, distrito Federal de Brasília?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Sim, correto, nós entramos em Brasília na sexta-feira, na Justiça Federal.

Carolina Medeiros – Canal Energia: Justiça Federal de Brasília?

Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Esse nosso pedido foi distribuído na segunda-feira. E normalmente os juízes, em uma ação de urgência, eles se manifestam em 48 horas. Essa é a nossa expectativa, que eles se manifestem agora ainda no meio da semana.

Carolina Medeiros – Canal Energia: Está ok. Obrigada.

=====

Operador:

Encerramos nesse momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra à CESP para as considerações finais.

Almir:

Agradecemos a participação de todos.

As demonstrações financeiras e o nosso release de resultados estão disponíveis no nosso website de Relações com Investidores (ri.cesp.com.br) e a nossa equipe de RI está à sua disposição pelos meios de contato que constam do final da apresentação. Muito obrigado.

Operador:

A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos. Tenham um bom dia.